INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ
LICENCIATURA EM FILOSOFIA

VIRGÍLIO MIQUÉIAS DAS NEVES SILVA

A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO CIVIL NA OBRA *"O SEGUNDO TRATADO SOBRE O GOVERNO"* DE JOHN LOCKE.

Teresina
2016

VIRGÍLIO MIQUÉIAS DAS NEVES SILVA

A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO CIVIL NA OBRA *"O SEGUNDO TRATADO SOBRE O GOVERNO"* DE JOHN LOCKE.

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em Filosofia, no Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí. Orientador: Prof. Dr. Pe. Wellistony Carvalho Viana

Cód. 5819
100
586c
Ex.01

Teresina
2016

ICES/PI - Biblioteca
13078 09/10/19

VIRGÍLIO MIQUÉIAS DAS NEVES SILVA

A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO CIVIL NA OBRA *"O SEGUNDO TRATADO SOBRE O GOVERNO"* DE JOHN LOCKE.

Monografia apresentado como requisito parcial para a obtenção do titulo de licenciatura em Filosofia, no Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí. Orientador: Prof. Dr. Pe. Wellistony Carvalho Viana

Aprovada em ___/____/_____

Banca examinadora

_____

Prof. Dr. Pe. Wellistony Carvalho Viana

Orientador

_____

Examinador (a)

_____

Examinador (a)

Aos meus pais – Ozineide Ferreira das Neves e Miguel Salomão Pereira da Silva– irmão – Franklin Mikaelis (*in memoriam*) - alma milagrosa de Alta Rosa e Santa Cruz dos Milagres- parentes; amigos; colegas seminaristas; companheiros de turma e todos os que rezaram por mim. Assim como a todos os estudiosos amantes da Filosofia em geral.

Agradeço primeiramente a Deus, e à Virgem de Fátima por estar sempre comigo, intercedendo junto a seu filho Jesus durante estes anos de formação como acadêmico de Filosofia. Compartilho minha gratidão com meus amigos e familiares que sempre me encorajaram, em especial aos meus irmãos Ângelo Gabriel, Alaelson Ferraz, Enéas, Zorenilton Tavares, Adriano Borges, Elton Carlos e Arlan Martins, aos quais em nome deles estendo meu agradecimento a todos os outros seminaristas. Aos irmãos Yago Waquim e Igor Torres pela ajuda na correção deste trabalho. Ao meu bispo Dom Jacinto pela confiança e aos meus mestres, na pessoa das professoras Ana Beatriz, Maria dos Santos e Elizangela pelo compromisso firmado com minha educação. Registro desde já a saudade dos momentos inesquecíveis que passei com todos os meus amigos de turma que dividiram comigo o esforço, a dedicação e as alegrias desta jornada.

"A necessidade de procurar a verdadeira felicidade
é o fundamento da nossa liberdade".
Jonh Locke

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar a constituição do estado civil na obra *Segundo Tratado sobre o Governo* de John Locke. Em vista disso, apresenta-se a definição do estado de natureza, que por sua vez, é um estado pacífico no qual os homens eram dotados de razão e desfrutavam de suas propriedades como direitos naturais do ser humano. Partindo de tal concepção lockeana tem-se os fundamentos da sociedade política, que por sua vez advém do contrato social fundamentado no consentimento entre os homens que concordam livremente em formar a sociedade civil a fim de evitar o estado de guerra e preservar mais ainda os direitos naturais que possuíam originalmente no estado natural. E para concluir, explicitaremos a estruturação do estado civil focando nos três poderes por ele constituídos: a) legislativo considerado poder supremo; b) executivo, o poder de executar as leis estabelecidas pelo legislativo; c) federativo, aquele que tem a responsabilidade de cuidar das questões de ordem externa da comunidade, como, por exemplo, decidir sobre a paz e a guerra ante estes poderes instituídos. Além disso, enfocar-se-á sobre o direito de resistência, direito este, que reconhece ao povo a liberdade de recorrer a força para deposição dos governantes caso os mesmos não estejam cumprindo as suas finalidades tornando-se rebeldes ou corruptos.

Palavras-chave: John Locke; estado de natureza; contrato social; estado civil; propriedade privada.

RESUMEN

El presente trabajo tiene el objetivo principal de analizar la constitución del estado civil en la obra del Según Tratado sobre el Gobierno de Jonh Locke. Teniendo en vista eso, se presenta la definición del estado de naturaleza que a su vez, es un estado pacífico en cual los hombres eran llenos de razón y desfrutaban de sus propiedades como derechos naturales del ser humano. Partiendo de tal concepción lockeana se tienen los fundamentos de la sociedad política, que a su vez advén del contrato social fundamentado en el consentimiento entre los hombres que estén libremente de acuerdo en constituir la sociedad civil con fines de evitar el estado de guerra y preservar aún más los derechos naturales que poseían originalmente en el estado natural. Y para concluir explicitaremos la estructuración del estado civil enfocando en los tres poderes por él constituidos: a) legislativo considerado poder supremo; b) ejecutivo, el poder de ejecutar las leyes establecidas por el legislativo; c) federativo, aquél que tiene la responsabilidad de cuidar de cuestiones de orden externa a la comunidad, como, por ejemplo, decidir respecto de la paz y de la guerra frente estos poderes instituídos. Además de eso, tendrá enfoque respecto el derecho de resistencia, derecho este, que reconoce al pueblo la libertad de recorrer la fuerza para deposición de los gobernantes caso los mismos no estén cumpliendo sus finalidades, tornándose rebeldes o corruptos.

Palabras-clave: John Locke; estado de naturaleza; contrato social; estado civil; propiedad privada.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10

2 ESTADO DE NATUREZA 13

2.1 Definição da lei natural segundo Locke 15

2.2 Definição do estado natural segundo Locke 17

2.3 A Propriedade 21

3 FUNDAMENTOS DA SOCIEDADE POLÍTICA 25

3.1 O estado de guerra 25

3.2 O Contrato Social 28

3.3 Os fundamentos da sociedade política ou civil 33

4 A ESTRUTURAÇÃO DO ESTADO CIVIL 35

4.1 Poder legislativo 38

4.2 Poder Executivo 40

4.3 Poder Federativo 41

4.4 O direito de resistência 42

5 CONCLUSÃO 44

REFERÊNCIAS 46

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz uma abordagem do pensamento político do filósofo John Locke no que se refere à sua filosofia política defensora, sobretudo, de um estado liberal. Assim, todo o percurso desta pesquisa tem como base a discussão dos conceitos que foram apresentados por Locke a fim de fundamentar a constituição do estado civil em sua obra *Segundo Tratado sobre o Governo*.

Como sabemos, Locke foi um importante filósofo britânico que muito contribuiu para o pensamento de sua época tanto nos campos da filosofia política como nos da epistemologia. Locke viveu em um cenário permeado por guerras civis e revoluções políticas, bem como execuções de reis absolutistas. Isto é, uma época marcada por constantes conflitos entre a Coroa que era defensora do absolutismo e o Parlamento defensor do liberalismo político.

Locke, por sua vez, recebeu grandes influências políticas que partiram do líder dos Whigs e, entre os anos 1689 a 1690, após as grandes tribulações da Revolução Gloriosa, publicou seus dois Tratados sobre o Governo Civil. Neste trabalho evidenciaremos o *Segundo Tratado Sobre o Governo*, uma de suas obras basilares do seu pensamento político, na qual apresenta a sua fundamentação e justificação sobre o liberalismo.

Desta forma, partindo de sua fundamental importância dentro do cenário político de sua época e de sua influencia para a compreensão da política nos dias atuais é que o presente trabalho propõe-se explanar sobre a constituição do estado civil no *Segundo Tratado sobre o Governo*. Para tanto, tratar-se-á os conceitos utilizados na referida obra, como: lei natural, estado de natureza, propriedade, sociedade civil, contrato social, dentre outros.

A motivação existente em trabalhar essa temática parte de um profundo interesse do conhecimento da filosofia política de Locke, uma vez que este apresenta a necessidade de um Estado com o objetivo principal de defesa dos direitos naturais, com foco principal na propriedade privada. A estrutura deste trabalho está organizada em três capítulos, a saber: primeiro capítulo versará sobre o estado natural, o segundo sobre os fundamentos da sociedade política e o terceiro sobre a estruturação do estado ou da sociedade política.

Sendo assim, no primeiro capítulo trataremos sobre a definição do estado natural ou estado de natureza. Um estado dotado de perfeita liberdade sem licenciosidade, que

para Locke é considerado um estágio pré-político, não pré-social, no qual os homens viviam direcionados pela lei natural, que regia essa sociedade a fim de preservar os direitos naturais existentes como a propriedade que, numa acepção genérica, era simultaneamente designada por Locke como vida, liberdade e bens, direitos naturais esses essenciais à vida do homem.

No segundo capítulo explicitaremos sobre os fundamentos da sociedade política, expondo, primeiramente sobre o estado de guerra, isto é, um estado de desunião no qual os homens possuem em suas mãos o direito de julgarem por causa própria, dando origem, a partir desse princípio, a uma grande desordem que, por sua vez, precisa ser resolvida pelos homens. Só então, através do consentimento fundamentado na união dos homens que viviam nesse estado bélico a fim de garantirem um estado de paz e perfeita liberdade como outrora existia no estado de natureza, é que os homens se unem para elaboração de um contrato. Partindo disso, nasce, então, a sociedade política que tem a finalidade de suprir as carências existentes no estado de natureza com a finalidade de preservar a integridade de seus direitos naturais e especialmente a conservação da propriedade.

Já no terceiro capítulo, trataremos sobre a estruturação da sociedade política. Esta, constituída em favor da defesa da propriedade, traz consigo as formas de governo pertencentes unicamente a escolha da maioria: poder legislativo, dotado de superioridade sobre os demais poderes, denominado de poder supremo; poder executivo, compreendendo a execução das leis da sociedade dentro de seus limites; poder federativo, responsável pela gestão da segurança e dos interesses públicos externos. Os poderes executivo e federativo de qualquer comunidade, distintos em si, dificilmente podem separar-se e colocar-se ao mesmo tempo em mãos de pessoas distintas. Ambos, por sua vez, requerem a força da sociedade para seu exercício. É quase impraticável situar a força da comunidade civil em mãos distintas e sem elo hierárquico, ou seja, os poderes executivo e federativo não podem ser confiados a pessoas que possam agir separadamente.

Isto equivaleria submeter à força pública a comandos diferentes e resultaria, um dia ou outro, em uma desordem. E já visando à resolução de uma possível desorganização por parte dos poderes constituídos, Locke instituiu o direito de resistência, que por sua vez, surge em defesa contra os abusos dos poderes confiados aos governantes nas situações de violação das leis estabelecidas em defesa da propriedade, pois os indivíduos que delas se apropriam deixam de exercer a finalidade

principal da qual foram confiados, e assim, concorrem para a promoção de um governo ilegal.

Assim, pode-se inferir que: o consentimento dos indivíduos para a instituição da sociedade, o consentimento da comunidade para a formação do governo, a proteção dos direitos de propriedade pelo governo, o controle dos poderes executivo e federativo pelo legislativo e o controle do governo pela sociedade como serão apresentados neste trabalho são para Locke os principais fundamentos para constituição de uma sociedade civil livre das amarras dos poderes absolutistas que outrora controlavam a sociedade.

2 ESTADO DE NATUREZA

Não podemos falar de John Locke deixando de lado o contexto histórico que passava a Inglaterra, o que influenciou indubitavelmente na construção de seu pensamento, que envolve tanto a área da epistemologia e das ciências naturais, como da filosofia política. Por isso, antes mesmo de apresentarmos neste trabalho os conceitos que deram suporte à constituição do estado civil, apresentados na obra *Segundo Tratado sobre o Governo*, livro que será trabalhado, é preciso apresentar as principais influências que deram origem a obra supracitada, como também as motivações que contribuíram para que o filósofo inglês John Locke pudesse construir seu pensamento político.

O século XVII foi uma época de grandes acontecimentos nos campos científico, político e filosófico na Inglaterra. No ano de 1603, com a morte da rainha Elizabeth I, a Coroa foi colocada na cabeça de Jaime Stuart (1566-1625) que sucedeu Elizabeth no trono da Inglaterra e Irlanda por um período de 22 anos. Anos depois, em 1689, com o fervor da Revolução Gloriosa, novamente, o trono real toma nova direção, dessa vez, com Guilherme de Orange e sua esposa Maria. Naqueles anos sucederam muitos conflitos causados pelo abuso de poder por parte dos monarcas (que eram da dinastia Stuart) com a tentativa de fortalecimento dos interesses da burguesia invocados pelos seus representantes na Câmara dos Comuns (LOCKE, 1983).

Ainda no século XVII, a situação se transformou e a burguesia já estava suficientemente fortalecida a ponto de não mais precisar de governos fortes para solidificar seu domínio sobre a nação. Além do fato de que os soberanos Stuart não eram habilidosos como seus antecessores. Esses confrontos que eram travados entre os poderes monárquico e parlamentar no ano de 1640 foram a causa de uma guerra civil, e após a morte de Carlos I, rei da Inglaterra de 1625 a 1645, a Inglaterra passou a não ser mais a mesma. Apesar de se tornar uma potência naval, entra em uma grande crise política. Prevenindo-se, então, da causa de uma nova guerra, restauram a dinastia Stuart com Carlos II. Em 1687, depois dos abusos causados por Jaime II, sucessor e irmão de Carlos II, surge uma nova crise que acaba dando origem a uma batalha entre a Coroa e o Parlamento. E nessa batalha a Coroa passa a enfrentar um Parlamento que defendia os direitos da burguesia comandados por Guilherme de Orange. Tal batalha é vencida por Guilherme que, então, recebe a Coroa inglesa no mesmo período em que a Carta dos

direitos é aprovada conferindo-lhe poder real. Entretanto, tal poder a ele outorgado derivava do poder do Parlamento e nele devia sustentar-se (LOCKE, 1983).

Locke passou por grandes tribulações na Inglaterra permeada por guerras civis, revoluções políticas e execuções de reis, isto é, marcada pelo conflito entre a Coroa, que defendia o absolutismo, e o Parlamento, defensor do liberalismo. Nascido em 29 de agosto de 1632 no seio de uma família de burgueses comerciantes da cidade de Bristol, estudou na Universidade de Oxford, onde sucessivamente ensinou grego e retórica. Em 1672 tornou-se secretário de Lord Ashley Cooper, chanceler da Inglaterra, ocupando-se ativamente de assuntos políticos daquela época. Em 1688 foi nomeado membro da Royal Society de Londres. De 1683 a 1689 sendo vigiado pelo partido do rei Carlos II, que o ameaçava, foi obrigado a refugiar-se na Holanda, país em que existia liberdade para expressar seus pensamentos políticos. Mais tarde, tendo voltado para Londres, pôde receber os merecidos sucessos e concentrar-se na atividade literária. Ao longo do tempo, ficou conhecido como pai do liberalismo político. Tal reconhecimento justificou-se porque todas as suas teorias eram voltadas para as mudanças sociais e políticas da sociedade de seu tempo, principalmente as transformações políticas que se passavam na Inglaterra durante os séculos XVII e XVIII, que foram, historicamente, marcadas pelo surgimento de uma nova classe social, a burguesia, e a consolidação do capitalismo como modelo econômico (VILELA, 2014, p.1). Depois de tudo isso, Locke morre em 1704 (DUNN, 2003, p. 15).

Suas principais obras e mais conhecidas são *Ensaios sobre o Entendimento Humano; Cartas acerca da tolerância; Alguns pensamentos sobre Educação; A razoabilidade do Cristianismo; Ensaios sobre a lei natural; Primeira e Segunda Vindicação e Considerações Adicionais acerca do aumento do valor do dinheiro.* Merece maior atenção neste trabalho o *Primeiro e o Segundo Tratados sobre o Governo* (WEFFORT, 2008), escritos com o intento de sustentar o novo governo inglês e criticar a monarquia. Acerca da obra em questão, afirma Kritsch (2010, p. 74):

> O Segundo Tratado sobre o Governo, publicado em 1690, pode ser considerado um dos textos fundadores do pensamento constitucional produzido na era moderna, e especialmente daquele engajado nas lutas contra o absolutismo em território europeu. Sua influência se faria sentir fortemente no pensamento político produzido pelo Iluminismo ocidental e chegaria aos nossos dias, revisado, por meio da obra de autores como J. Rawls, F. Hayek, R. Nozick e tantos outros expoentes da teoria política contemporânea.

Neste sentido, no decorrer de todo o contexto histórico supracitado, percebeu-se a necessidade de compreensão do surgimento do Estado e com isso analisar a legitimidade ou não da monarquia. Partindo do pressuposto de Locke sobre a origem do Estado, comprovou-se a impossibilidade do poder absoluto como forma de governo legal. Diante disso, defendia-se a constituição de uma sociedade livre das amarras absolutistas partindo de um estado natural - estado pacífico onde os homens já eram imbuídos de razão para desfrutar de forma correta dos direitos naturais que, para Locke, designava simultaneamente a vida, a liberdade e os bens- a um estado civil organizado pelas regras dos poderes políticos em defesa da propriedade privada pertencentes aos seres humanos como veremos nos tópicos a seguir.

2.1 Definição da lei natural segundo Locke

Segundo Luiza de Souza Müller, Jonh Locke afirma que a lei natural pode ser descrita como um decreto da vontade divina que é vista pela luz da natureza, tendo em si um caráter obrigatório responsável por mostrar o que está ou não de acordo com a natureza racional. Conforme Locke aponta, essa lei natural foi considerada uma virtude pelos estóicos, pois era vista como bem moral decorrido de sua reta razão que todos reivindicavam adquirir por serem regras que permitiram viver de acordo com a natureza. Não é correto denominá-la como ditame da razão, uma vez que a razão não propriamente estabelece e dita a lei natural, mas a investiga e a descobre como um decreto de um ser supremo que permite e proíbe, estando inserida no coração dos homens e passível de ser interpretada pela razão. Não podendo ser, segundo ele, ludibriada pelo direito natural, uma vez que este é a possibilidade de termos a liberdade para usufruirmos das coisas, enquanto a lei natural define o que nos permite ou proíbe realizar. Ou seja, a lei natural mantém um controle da liberdade dos homens proibindo-os ou permitindo-lhes realizar seus atos, sendo captada por meio da luz inserida pela natureza e desempenhada por imposição da razão (MÜLLER, 2005, p. 19). Quanto a isso, afirma, Luiz Henrique da Cruz Souza (2014, p. 15):

> A Lei natural é descrita por Locke como a vontade divina sobre todas as coisas e que podem ser percebidas pelos seres racionais no uso de sua própria razão. Deus se mostra constantemente para os homens, sendo preciso apenas o uso da razão para lhe provar a existência, assim como de suas leis, que regem o universo e são base para o homem determinar sua existência, sua preservação. Aceitando essa ideia, é possível compreender que Deus criou

> todas as coisas, assim como criou os limites e prescreveu para todas as coisas suas regras. A liberdade do homem difere da liberdade dos animais, justamente porque ele tem a Razão, e a responsabilidade de descobrir as leis da natureza para ter um guia real para suas ações dentro do Estado. O homem tem a capacidade de seguir a "reta razão" que caracteriza sua moralidade, sua capacidade única de criar as regras que guiam e limitam suas ações em função de sua luz natural, que conhece as regras de Deus sobre todas as coisas. A lei da natureza, por ser o decreto divino, também mostra ao homem o que é ou não correto conforme a racionalidade, determinando sempre o que é ou não limitado por essas mesmas leis. É muito claro que Locke reconhece que o requisito de toda lei é a própria lei natural, e por isso a lei positiva tem como base a lei natural, e assim temos o fundamento do que é o limite do poder político, ou do Estado.

Na verdade, a razão, por ser simplesmente uma faculdade mental e consideravelmente uma parte de nós, não pode nos dar leis. Desta forma, pode-se perceber que todos os requisitos da lei divina podem ser encontrados na lei natural. Primeiramente, porque a lei vem de uma vontade superior, consistindo, por isso, numa causa formal. Em segundo lugar, porque ela faz prescrição do que é função da própria lei e, em terceiro lugar, obriga os homens a conter em si o necessário para criar uma imposição (MÜLLER, 2005, p.19).

A lei natural, por sua vez, determina comandos e proibições, sendo captada pela luz introduzida pela natureza de modo a ser obedecida por todos em virtude da exigência racional. O homem, acima de tudo, usa de sua racionalidade como uma importante ferramenta para a descoberta da lei natural, que é também a descoberta da razão.

As ideias de Locke estão baseadas em cinco argumentos que tendem a explicitar o que seja a lei natural conforme a percepção dos homens. Bobbio (1998, p. 111-112) sintetiza esses argumentos da seguinte maneira:

> 1) O primeiro é um argumento ex auctoritate: Locke cita Aristóteles, que, depois de haver dito ser próprio do homem agir segundo a razão, afirma a existência de um direito existente em todos os lugares – trata-se da definição aristotélica do direito natural.
> 2) O segundo argumento se refere àquela autoridade interior e infalível que a nossa consciência, a qual nos condena quando cometemos uma má ação – condenação que seria impossível, se não existisse a lei natural, base do julgamento de nossas ações.
> 3) O terceiro argumento é cosmológico, apoiando-se na constatação da ordem do mundo - a este propósito Locke cita Santo Tomás: se toda a natureza está ordenada de acordo com leis, não se entende por que a conduta do homem, o ser mais nobre da natureza, não deveria também ser regulada por leis.
> 4) O quarto argumento é jurídico, também muito comum e adotado hoje pelos que sustentam a existência do direito natural: não pode haver sociedade humana sem a instituição de um poder civil e sem o cumprimento dos pactos. Ora, tanto a lei que impõe a obediência às ordens do soberano, como a que

> prescreve o cumprimento dos pactos não são leis positivas, porque são elas próprias o fundamento do caráter obrigatório das leis positivas.
> 5) O quinto argumento é ético e consiste na afirmativa de que, se não fosse a lei natural, não existiria vício ou virtude; o homem seria levado a agir não de acordo com o bem, mas sim conforme a maior utilidade: a negação da lei natural levaria ao utilitarismo.

Para Locke, o homem que tem consigo a racionalidade tem ainda a capacidade de apreender a lei natural porque se utiliza de suas funções para agir em conformidade direta com sua razão e, agindo de acordo com ela, o homem chegará ao conhecimento dessa lei. Afirma ainda que a lei natural garante seu vigor onde quer que ela esteja, aplicando-se a ela validade universal. E mesmo que haja alguma contestação à lei natural, os conflitos gerados em torno de sua existência provam a consciência dos homens na defesa de que ela existe e é cada vez mais necessária para a humanidade no uso dos conhecimentos. De acordo com Locke, nem todos podem usufruir da lei natural, seja porque é desconhecida pela maioria dos homens seja porque eles são preguiçosos, corrompidos desde a infância por hábitos adquiridos que os impedem de ver a lei existente. Locke faz a comparação da lei natural com a lei civil e deixa claro que a lei civil não deixará de existir simplesmente porque alguém não a conheça; conclui afirmando que a lei natural não é conhecida por todos os homens, apenas por aqueles que se usam da razão, os quais de boa maneira se utilizam constantemente da racionalidade para adquirir conhecimentos (MÜLLER, 2005, p.19).

2.2 Definição do estado natural segundo Locke

O ponto de partida do raciocínio de John Locke para a constituição do estado civil é a afirmação do estado natural, isto é, um estado originário no qual todos os indivíduos viviam por sua própria vontade, não obedecendo outra lei a não ser a natural. Contudo, tanto para Locke como para Hobbes[1], o estado de natureza não é suficiente; é sim um estado ideal, mas ideal somente para os seres racionais, ou seja, seres que tem a conduta inspirada pelos ensinamentos da lei natural. Os homens nem sempre agem como seres racionais. No estado natural, não havendo nenhum poder que seja superior a qualquer um dos indivíduos, cada um se torna juiz por causa própria, visando uma

[1] Thomas Hobbes (1588-1679) foi teórico político, filósofo e matemático inglês. Sua obra mais evidente é "Leviatã", cuja ideia central era a defesa do absolutismo e a elaboração da tese do contrato social. Hobbes viveu na mesma época que o filósofo político, John Locke, que era defensor dos princípios do liberalismo, ao passo que Hobbes pregava um governo centralizador.

pequena regra: individualmente, cada homem é responsável pela vingança de maneira desproporcionada para o marginal que causou a atrocidade (BOBBIO, 2000, p. 59).

O estado natural pode ser considerado um contraste da sociedade civil, diferindo desta pela ausência de um juiz comum, com autoridade máxima para punir os homens diante das imputabilidades causadas por eles próprios. Todavia, esse estado de natureza também não pode se comparar ao estado de natureza de Hobbes, que significa essencialmente um estado de guerra, caracterizado pela desunião entre os homens e motivado pela discórdia propiciada a partir de três consequências: "primeira, a competição; segunda, a desconfiança; e terceira, a glória" (HOBBES, 1988, p.75).

Entretanto, Locke também não idealizou o estado de natureza como um paraíso. E, de fato, a guerra poderia também prevalecer nele, através das inconveniências causadas principalmente pela certeza de que todo homem, tendo o poder executivo da lei natural em suas próprias mãos, teria também o devido direito de punir os transgressores, posto que, para uma lei ter efeito, subjaz a necessidade de alguém para executá-la. Neste caso, cabendo a execução a qualquer um, subtende-se que todos estão devidamente aptos a realizá-la, sendo perigoso para os homens, pois, sendo juízes de si mesmos, poderiam cair na tentação de, levados pela autoestima, se tornarem parciais em relação a si e a seus amigos e, por outro lado, a natureza doentia, a paixão e a vingança, poderiam levá-los "longe demais na punição dos outros, e daí em diante só adviria a confusão e a desordem" (LOCKE, 1983, p.38).

Locke, por sua vez, faz a definição do estado natural como um estado de perfeita liberdade (igualdade e paz) para regular as ações, as posses e as pessoas conforme acharem melhor, dentro dos limites da lei natural, sem necessidade da permissão ou dependência da vontade de qualquer outro homem. Contudo, mesmo o estado natural dispondo de total liberdade para o homem regular as suas posses, não lhe dá o direito de destruir-se ou destruir qualquer outra criatura que esteja em seu poder, o que implicaria em uma licenciosidade. Neste caso, sendo todos os homens possuidores de uma mesma igualdade natural à racionalidade, cada um tem a obrigação de preservar-se e, pela mesma razão, de preservar também o resto de sua espécie quando todos estiverem correndo risco.

O homem não pode jamais prejudicar ou tirar a vida de outro homem, a não ser que este outro seja um grande infrator, alguém que atenta contra a vida, saúde e integridade dos outros, pois a liberdade do homem se dá em estar absolutamente livre

UFPI - Biblioteca
13078 02/10/19

dos regimentos de qualquer poder superior sobre a terra (LOCKE, 1983,p.36). Neste caso, afirma Várnagy (2006, p. 59):

> O fato de se tratar de um estado de liberdade não implica que seja um estado de absoluta licença; não consiste em que "cada um faça o que bem quiser" (II, 57), pois o homem "tem uma lei da natureza, que a todos obriga" (II, 6). Amplia esse conceito afirmando que a liberdade consiste "em dispor e ordenar como se quiser a própria pessoa, ações, posses e toda sua propriedade" e, portanto "não estar sujeito à vontade arbitraria de outrem" (II, 57). A lei natural nos ensina que, "sendo todos iguais e independentes, ninguém deveria prejudicar a outrem em sua vida, saúde, liberdade ou posses" (II, 6). A liberdade natural do homem "consiste em estar livre de qualquer poder superior sobre a Terra" (II, 22), já que, ao estar dotado de faculdades iguais, "não se pode presumir subordinação alguma".

Desta forma, todos os homens, baseados no direito de preservação de sua espécie podem, no estado de natureza, destruir tudo aquilo que seja prejudicial à humanidade, castigando todos os crimes que sejam perigosos ao homem a ponto de pôr todos em risco, pois bem sabemos que um homem, ao perverter-se através de um crime que consista em um desvio do reto uso da razão, declara automaticamente o rompimento total com os princípios da natureza humana, tornando-se uma criatura altamente nociva.

A violação da lei natural pode levar o transgressor ao castigo para que ele se arrependa de seu ato nocivo, evitando que outras pessoas também cometam o mesmo crime. Com isso, a pessoa que for prejudicada por alguma transgressão criminal por parte de algum homem tem o direito de exigir a reparação por parte do transgressor, apropriando-se de seus bens ou de seus serviços como uma recompensa sem que seja preciso executá-lo. Sendo assim, diante dos dois direitos: o de castigar o crime restringindo e prevenindo uma ofensa, e o outro de reivindicar a reparação que pertence somente à parte que foi prejudicada no ato, pode-se inferir que o magistrado, ou seja, aquele que foi investido de poder para exercê-lo sob determinada jurisdição, por ser uma autoridade jurídica, tem o poder para castigar quando o bem público não exigir a execução, dispensando, nesse caso, o direito de perdoar a reparação da dívida à vítima sofrida (LOCKE, 1983, p.37).

Por conseguinte, essa estranha doutrina de que no estado de natureza cada um detém em suas mãos o direito de julgar por causa própria, tendo posse do poder executivo da lei de natureza pode levar perigosamente a sérios riscos: será que os homens serão imparciais ou neutros para julgar um transgressor, de modo que suas punições impostas a ele sejam verdadeiramente proporcionais ao crime que cometeu,

sem que tenha alterações emocionais por parte de quem irá executá-la? Será que os homens poderão permanecer sendo juízes por causas próprias? Fatos como estes dão origem às inconveniências existentes no estado de natureza. E assim faz-se extremamente necessário a existência de um juiz que seja imparcial e comum a todos; faz se necessária ainda, a existência da lei positiva, lei comum, tornando-a firmada para que todos tenham conhecimento de sua existência, a fim de poderem padronizar o que seja justo e o que seja injusto; faz-se necessário também o apoio de um poder que sustente e execute as normas do juiz para que verdadeiramente sejam impostas e cumpridas. Como vemos, estas são algumas das razões existentes que levaram os homens a abandonar o estado natural e fundar através do consentimento uma sociedade civil, ou melhor, estas são as principais razões que fundamentam a criação de um estado (VILELA, 2014, p. 5). Diante disso Pereira (2000, p. 9) esclarece que:

> Locke define o poder político como o direito de fazer leis com pena de morte e com todas as penalidades menores para regular e preservar a propriedade. Devendo empregar a força da comunidade na execução de tais leis, assim como, na defesa da comunidade contra dano exterior tudo isso em benefício do bem público.

Sendo assim, fica bem claro que faz-se necessária a superação do estado natural, visto que dentro desse estado prevalecem as inconveniências resultantes do poder que cada homem contêm por serem juízes em causa própria. Nesse aspecto, com a existência da sociedade política, ela trará consigo a responsabilidade de proteger a propriedade privada bem como seus cidadãos dos perigos que sejam externos. Mas, para que esta sociedade aconteça realmente é necessário que cada um dos indivíduos que nela habite tenha a consciência de renunciar seu poder de julgar por causa própria adquirido no estado natural transferindo-o à comunidade como um todo. E isto é um contrato social cuja característica primordial é de se configurar com o consentimento, de modo que, para a garantia do estado os homens resolvem se unir em tal pacto de livre e espontânea vontade, conscientes de que, dessa forma, poderiam tornar cada vez mais consolidados seus direitos naturais (VILELA, 2014, p.5). E, em vista disso, Locke (1983, p. 67) afirma que:

> por essa maneira a comunidade consegue, por meio de um poder julgador, estabelecer castigo que cabe às várias transgressões quando cometidas entre os membros dessa sociedade – que é o poder de fazer as leis –, bem como possui o poder de castigar qualquer dano praticado contra qualquer dos

> membros por alguém que não pertence a ela – que é o poder de guerra e de paz – e tudo isso para a preservação da propriedade de todos os membros dessa sociedade [...].

O estado de natureza é superado por meio do pacto civil que foi fundado no consentimento de seus participantes que, por sua vez, tinham como objetivo acabar com as inconveniências que existiam no estado originário para que pudessem consolidar ainda mais seus direitos naturais. Estes eram basicamente os interesses da burguesia: a liberdade e a propriedade privada garantidas como um direito de todos. Objetivos como estes não eram em hipótese alguma interesses dos absolutistas e por isso Locke estabelece no *Segundo Tratado sobre o Governo* que o poder absoluto é completamente incompatível com a sociedade civil e que todos os monarcas por sua vez ainda se encontram em um estado de natureza (VILELA, 2014, p.5).

Neste caso, é importante evidenciar que no estado de natureza os homens possuem seus direitos naturais, direitos essenciais pelo fato de assegurarem a cada um o direito à vida, à liberdade e a seus bens. Locke, quanto a isso, faz um resumo dos três direitos, anexando-os ao conceito de propriedade. Fica claro que o direito natural está ligado à lei da natureza. A alusão de Locke ao direito de propriedade torna-se de suma importância para seu pensamento, que defende o grande interesse da burguesia ascendente na modernidade. Classe que, futuramente, por meio de grandes revoluções, como a Revolução Gloriosa, faria surgir o capitalismo. Assim, para garantir a autenticidade aos interesses burgueses, Locke parte primeiramente da concepção de que todo homem torna-se proprietário decorrente de seu próprio trabalho, conforme veremos a seguir na compreensão da propriedade.

2.3 A Propriedade

Locke afirma que a propriedade antecede o estabelecimento da sociedade política ou governo. Em seus esforços, busca provar que o homem pode se tornar proprietário daquilo que Deus deu em comum sem nenhum contrato que seja expresso por todos os membros da comunidade. Desta forma, pode-se subentender que a propriedade existe no estado de natureza, muito antes da organização da sociedade, deixando claro que nenhum poder supremo tem o direito de transformar qualquer parte de alguma propriedade sem que tenha consigo o consentimento de seu dono.

Dando Deus o mundo aos homens para que todos dele se beneficiassem sob comum acordo, deu-lhes também a racionalidade para que se servissem dela em benefício da comunidade e de suas conveniências. Tudo o que existe na terra, incluindo ela mesma, foi entregue aos homens a fim de que pudessem desfrutá-la de maneira que favorecesse o seu conforto e o sustento de sua existência. Tudo o que na terra se produz, desde as frutas aos animais, foi criado para o desfruto e o cuidado dos homens.

Com isso é bom lembrarmos que mesmo que todas as coisas inferiores e a terra pertençam a todos os homens que nela habitam, de forma comum a todos, cada indivíduo tem o direito de mesmo assim obter sua propriedade privada e sobre ela ninguém possui qualquer direito exceto ele mesmo. Desta forma, toda produção realizada principalmente com o trabalho de suas mãos torna-se sua propriedade, ou seja, "ao remover este objeto do estado comum em que a natureza o colocou através do seu trabalho adiciona-lhe algo que exclui o direito comum dos outros homens" (LOCKE, 1983, p. 44).

De acordo com Locke, só o fato de nos apropriarmos de qualquer local e desempenhar trabalho nele, retirando-o do estado comum em que ele se encontra, fixa sobre ele a propriedade, e a nova matéria, resultado da criatividade humana anexa aos recursos naturais, pela transformação que passou, torna-se parte de quem produziu, ou melhor, transformou. Emerge daí, o direito de propriedade que faz do homem um equivalente proprietário, pois o trabalho realizado por suas mãos dá a si o direito natural sobre as coisas das quais ele produziu, imprimindo de tal forma na propriedade transformada sua marca pessoal (LOCKE, 1983, p.44). "Deste modo surge o que chamamos de propriedade individual[2] proporcional à capacidade de trabalho realizada pelo indivíduo que busca sua própria propriedade" (VILELA, 2014, p.6). Para melhor compreensão explica Nodari (2014, p.84):

> Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa. A esta ninguém tem qualquer direito se não ele mesmo. Mas de onde vem tal direito, pergunta-se Locke. Ele provém do trabalho. O trabalho é o fundamento originário da propriedade absolutamente dele. Visto que esse trabalho é propriedade exclusiva do trabalhador, ninguém pode ter direito ao que o outro juntou pelo seu trabalho.

No estado de natureza, há uma limitação da propriedade privada decorrente do fato de que, se a maior parte das coisas por serem de modo geral de curta duração, não

[2] Propriedade privada individual se refere à propriedade privada

forem consumidas pelo uso de seus proprietários ou mesmo de outros que possam usufruir delas para seu benefício, podem apodrecerem e perecerem por si mesmas (VÁRNAGY, 2006, p.61). E, se porventura esses bens vierem a apodrecer estando em sua propriedade, o que significa dizer em seu poder, sem que tenham servido ao devido uso, ele estaria infringindo a lei comum da natureza, estando, por consequência, sujeito à punição. Pois desta forma ele também estava invadindo a terra de seu vizinho, e seu direito, assim, cessava com a necessidade de utilizar estes bens e a possibilidade de deles retirar os bens para a sua vida (LOCKE, 1983, p.48).

Esta mesma regra, que dá o direito à punição para o homem que não usasse o que era de sua posse corretamente, isto é, sem deteriorá-la, também era válida para as propriedades de terra, ou seja, tudo o que o homem plantava, colhia e armazenava, antes de estragar pertencia-lhe por direito; todo o gado e os produtos, propriedade que poderiam cercar e utilizar, também eram seus. Do contrário, se a grama morresse e os frutos de suas plantações viessem a perecer antes de serem colhidos para o consumo dentro de sua propriedade, essa parte da terra não aproveitada por seu uso poderia se tornar posse de qualquer outro com interesse em possuí-la.

É importante entendermos que o trabalho desenvolvido na propriedade estabelece nela uma diferença de valor. Consideremos, então, a diferença visível existente entre um pedaço de terra bem plantado, com fumo e cana de açúcar, semeada com trigo ou cevada, e um acre de terra deixado ao bem comum, que não tenha sequer a proporção de qualquer cultivo; perceberemos então que a melhoria realizada pelo trabalho é responsável por grande parte do valor atribuído a cada uma das propriedades e veremos que noventa e nove por cento do resultado obtido na valorização das duas é decorrente do trabalho nelas investido (LOCKE, 1983, p.52). Como afirma Rodrigo Barroso de Oliveira e Thiago Augusto de Freitas (2013, p.1).

> A argumentação de Locke (2001) se apoia num primeiro momento na conservação da espécie, na subsistência. Sendo assim o homem poderia apropriar-se dos frutos da terra desde que deixasse aos outros membros da comunidade, sendo, portanto vedado o desperdício (acumulação e não consumo dos bens antes que os mesmos se deteriorem). Não obstante a limitação até então presente ao direito de propriedade no sentido de abarcar somente aquilo obtido mediante trabalho e que seja necessário e suficiente ao homem, sofre, no correr da sua obra mitigações que lhe removem as limitações iniciais. É a introdução do dinheiro o elemento justificador a acumulação ilimitada da propriedade. Com ele não há mais que se falar em desperdício, pois os metais preciosos não se deterioram, podendo o indivíduo acumulá-los ilimitadamente, também cai por terra o quesito subsistência, já que a propriedade com a utilização de dinheiro ganharia um papel na economia mercantilista e poderia ser contida nas mãos de uma única pessoa.

> O último limite a cair é o relativo ao trabalho que cada homem deve desempenhar por si próprio para trazer um objeto do estado da natureza e torná-lo propriedade, a esse respeito Locke (2001) afirma que no estado de natureza há um consentimento entre os homens em que a maioria se sujeita a vender sua força de trabalho a outrem mediante salário, assim o trabalho realizado é propriedade do empregador e não do trabalhador.

Portanto, tendo o homem o desejo de preservar todos os bens a fim de não perdê-los e evitar que estragassem, cria o dinheiro e graças a ele pode, além de preservar suas propriedades, produzir cada vez mais, resultando o aumento de seus bens. A invenção do dinheiro, antes de levar à exclusão das propriedades comuns, é uma nova oportunidade de acumular riquezas e propriedades, de modo que alcancem além de suas necessidades e das de seus familiares. A existência do dinheiro, por sua vez, também facilita a extensão das posses de terra, encadeando um grande crescimento comercial e levando a uma desigualdade quanto à propriedade, em cujo entorno se levantarão grandes conflitos, exterminando, por fim, a poética existência do estado de natureza. Tais conflitos só poderão ser resolvidos depois da constituição das leis positivas na sociedade civil ou comunidade política (VÁRNAGY, 2006, p.62).

Podemos perceber que a causa principal da acumulação ilimitada das propriedades privadas foi a existência do dinheiro (um instrumento durável que o homem pudesse guardar sem se estragar e que, por consentimento mútuo, os homens aceitassem em troca de seus sustentos para vida) (LOCKE, 1983, p.53) que, segundo Locke, elimina os limites anteriores impostos pela lei natural, a qual instituía que nenhum homem poderia apropriar-se de tudo sozinho, a não ser aquela sua pequena parte, a fim de não usurpar o direito do outro ou apropriar-se sozinho de um grande acre de terra, tirando de seus iguais o direito de também apropriarem-se de tamanhos justos. Com isso é notável a divisão de dois importantes períodos dentro do estudo da propriedade: primeiro a propriedade limitada pela vida e pelo trabalho edificante à terra e ao homem; no segundo período, a criação do dinheiro para o acúmulo das posses, evitando sua deterioração.

Podemos concluir este capítulo afirmando que o estado de natureza antecede as sociedades políticas, sendo, portanto, um estado hipoteticamente prazeroso e um pacífico estado pré-político, embora não pré-social. Nele os homens viviam iluminados pela lei natural, através de sua razão e, pouco a pouco, com a superação do estado natural, tem origem o estado civil a fim de buscarem a conservação de seus direitos naturais sem que se deteriorassem.

3 FUNDAMENTOS DA SOCIEDADE POLÍTICA

Como vimos no capítulo anterior, no estado de natureza todos os homens nascem livres, dotados de uma liberdade plena para agirem e disporem de suas posses conforme acharem conveniente, tendo como importante paradigma a lei de natureza (a razão), a qual, por sua vez, tem a finalidade de regular as posses e ações. Porém, mesmo assim, esse estado existente está incerto, pois os indivíduos, ao não se contentarem em agir segundo a lei da natureza, agindo então impulsionados pelas paixões e desejos, querem destruir uns aos outros bem como os seus bens. E aqui, o estado de natureza entra em conformidade com o estado de guerra, surgindo daí a grande necessidade de que os indivíduos neste estado se juntem e unidos possam formular um consentimento que lhes permitam realizar um contrato social para a construção de um Estado com a finalidade principal de preservação dos direitos assegurados pela lei de natureza.

Com isso, após termos explicitado o significado do estado de natureza e dentro dele a lei natural, os direitos naturais existentes na propriedade, comentados no capítulo anterior, resta agora perscrutarmos seus inconvenientes existentes em um passível estado de guerra, bem como as táticas usadas por Locke para fugir dele. Neste capítulo, abordaremos o estado de guerra, uma vez que o mesmo exerce grande influência na passagem do estado natural para formação da sociedade civil. Enfatizar-se-á o contrato social que nasce do consentimento dos homens, este compreendido como a aceitação dos indivíduos na saída do estado pré-político para o estado político e, por fim, os fundamentos da sociedade civil, cume desta pesquisa monográfica.

3.1 O estado de guerra

Podemos conceber o estado de guerra como uma possibilidade existente dentro da condição natural humana, pelo fato de que, com o descumprimento da lei natural, o homem declara guerra contra toda humanidade. Quanto a isso afirma Locke (1983, p. 40):

> O estado de guerra é um estado de inimizade e destruição; e, portanto, um estado que declara desígnio inalterável e calmo com relação à vida de outrem, por meio de palavra ou ação, não apaixonado ou precipitado e o coloca em estado de guerra contra aquele a quem declarou semelhante intenção, expondo de tal maneira a vida ao poder de outrem, a qual lhe

> poderá ser arrebatada por aquele ou por qualquer outro que a ele venha juntar-se a defendê-lo, esposando a causa.

Como podemos observar, a característica principal do estado de guerra é a violência cometida por uma pessoa contra outra, causando a infração da lei natural, que visa acima de tudo à conservação da humanidade.

Por isso, qualquer um que tente colocar outro homem em seu poder absoluto, interferindo em sua vida particular, entra em um estado bélico para com ele e esta atitude pode ser interpretada como uma declaração intencional de perigo para sua vida ou seus bens. Sendo assim, pode-se inferir que todo aquele que detivesse outro homem em seu poder, sem o consentimento dele, para usá-lo, prosseguiria rumo à destruição deste, pois ninguém pode desejar ter em seu poder absoluto qualquer outro homem, que não seja para obrigá-lo a fazer algo que não fosse contrário ao seu direito de liberdade, fazendo-o de escravo. Assim sendo, fugir de tamanha violência cometida contra a liberdade é a garantia de preservação do homem contra qualquer ação nociva que possam tentar lhe causar, e a razão, neste caso, o incentiva a encarar o transgressor como um inimigo que se põe contra sua preservação, privando-o da liberdade que o protege. Com isso pode-se supor que todo aquele que no estado de natureza retirasse a liberdade de qualquer um que estivesse naquele estado, estaria também tirando tudo o que ele possuía, pois a liberdade é a base de todo o resto. Da mesma forma procederia no estado de sociedade. Se, por ventura, qualquer homem tivesse a ousadia de tirar a liberdade dos membros daquela sociedade ou comunidade política, seria suspeito de subtrair tudo aquilo que fosse pertencente a eles, colocando-se em estado de guerra (LOCKE, 1983, p. 40).

Nestas circunstâncias todos os homens possuem o devido direito de matar um ladrão, mesmo que ele não lhe tenha feito mal algum e não tenha declarado outra intenção contra a sua vida, exceto a de retê-lo em seu poder por alguns instantes, garantido pela força, para rouba-lhe seu dinheiro ou qualquer outro bem que o tenha em sua posse. Desta forma todo aquele que age assim, movido pela força, privando outro homem de sua liberdade e junto a ela todos os seus bens, dá a oportunidade de tratá-lo como alguém que se colocou em um estado de guerra, dando ainda o direito de destruí-lo, pois qualquer pessoa introduzida em um estado de guerra por tornar-se agressor está automaticamente expondo-se a sérios riscos (LOCKE, 1978, p. 41).

Percebemos então que existe uma clara diferença entre o estado de guerra e o estado de natureza, como esclarece Strauss e Cropsey (2013, p. 43).

> Posto que o uso da força sem o direito define o estado de guerra, o seu oposto, o estado de paz, seria definido como a condição de homens que vivem juntos onde não há uso da força sem direito (ou a mesma coisa, onde a força é usada apenas com direito). Agora podemos afirmar integralmente o sentido em que difere o estado de natureza e o estado de guerra:
> 1. O estado de natureza se caracteriza pela ausência de um juiz comum pela ausência de qualquer lei exceto a lei da natureza.
> 2. A sociedade civil, o seu oposto, é caracterizada pela presença de um juiz comum com autoridade para aplicar a lei civil. Então, além disso, quer no interior do estado de natureza ou sociedade civil:
> 3. O estado de guerra existe se a força for usada sem direito.
> 4. Ou o estado de paz, o seu oposto, existe se não houver uso da força sem direito.

Desta forma, compreendemos que os homens que vivem juntos segundo a lei da natureza, a razão, sem que tenham um superior comum na terra com autoridade para julgá-los efetivamente, vivem em um estado de natureza. Mas a força ou a intenção declarada de força sobre a pessoa de outro, na ausência de um superior comum na terra a quem possa pedir socorro, manifesta um estado de guerra, ou melhor, um estado bélico. Pode-se conceber que é a inexistência de uma autoridade julgadora que dá ao homem o direito de guerra ao agressor. Mesmo que ele viva em sociedade e se trate de um concidadão. Sendo assim de acordo com Locke (1978, p. 40):

> Um ladrão, a quem não posso fazer mal se não apelando para a lei por ter-me roubado tudo quanto possuo, posso matar quando me ataca para roubar-me tão-só o cavalo ou o casaco; porque a lei, feita para minha preservação, quando não pode interpor-se para garantir-me avida contra a força atual, vida que, se perdida, não é suscetível de reparação, permite-me a defesa própria e o direito de guerra, a liberdade de matar o agressor, visto como este não dá tempo para que apele ao juiz comum, nem à decisão da lei, para remediar em um caso em que o mal seja irreparável. A falta de juiz comum com autoridade coloca todos os homens em um estado de natureza; força sem o direito sobre a pessoa de um homem provoca um estado de guerra não só quando há como quando não há juiz comum.

Assim, segundo Locke, por conta da inexistência da força há também uma interrupção do estado de guerra entre os homens que vivem em sociedade e os lados passam a ser submetidos de forma igual à determinação da lei. Diferentemente do que viviam antes, eles têm acesso a um recurso com a possibilidade de reparar tanto o mal sofrido quanto prevenir os maus futuros. Desse modo, onde não existe este recurso, como é o caso do estado de natureza, devido à inexistência das leis positivas e de juízes

capazes de julgar, uma vez que se declara um estado de guerra, ele perdura, e a parte inocente tem o direito de eliminar a outra quando puder, até que o agressor caia em si e venha propor reparação de seu erro, em vista de uma reconciliação que repare o ato de desonestidade cometido contra a vítima.

Neste caso, evitar o estado de guerra é uma das principais razões pelas quais os homens abandonam o estado de natureza para se reunirem em sociedade. Pois onde há uma autoridade, um poder sobre a terra, do qual se possa obter reparação através de recursos, se exclui a continuidade do estado de guerra e as controvérsias existentes entre os homens passam a ser resolvidas por aquele poder.

Por isso, com o objetivo de superar as instabilidades que existiam no estado de natureza e conforme a expectativa de justiça capaz de garantir os direitos adquiridos, os indivíduos concordam entre si para a instituição de um pacto social com o objetivo principal de criar uma sociedade politicamente organizada, que traga as respostas e soluções para as necessidades apontadas no estado natural. Locke, no entanto, denomina esta sociedade politicamente organizada de governo civil, com origem no pacto entre as pessoas, que consentem em abdicar de suas liberdades pela submissão da lei clara e conhecida por todos, dirigida por um juiz imparcial, apto a aplicá-las. Assim as pessoas renunciam a um poder legítimo para dar apoio as medidas repressivas, pois somente desta forma as suas vidas, liberdades e bens poderiam ser garantidos.

3.2 O Contrato Social

Como já sabemos, o estado natural é compreendido como um estado de perfeita liberdade; todavia, não pode ser confundido com um estado de licenciosidade ou permissividade existente entre os seus membros. Assim todos os limites que são impostos aos homens visam ao cuidado de distinção do que seja a liberdade e a licenciosidade, prevenindo-os para que não vivam licenciosos, a ponto de causarem as desestabilidades e as inseguranças que por sua vez, impliquem na necessidade de instituir uma ordem superior que dê suportes legais para que se possam organizar as relações entre as pessoas, trazendo harmonia à sociedade e limitando as ações dos homens diante das situações em que a liberdade possa trazer perigo ao convívio na sociedade. Esta organização institucional, como já vimos anteriormente, é chamada de governo civil (NETTO, 2007).

Desta forma no estado natural visivelmente pode-se notar a falta deste poder que seja justo e imparcial para decidir sobre os conflitos possivelmente existentes entre os homens e com ele outro poder que execute suas decisões de juiz investido de total autoridade pública, escolhido por consentimento. Esta é a razão pela qual os homens são levados a entrar na sociedade civil em busca de segurança para suas vidas, bem como para seus bens, assegurando-se nesses poderes que serão instituídos como garantia dos direitos naturais. Locke aproveita-se disso para mostrar a diferença existente entre o estado de natureza e a sociedade política.

Para Locke, o estado de natureza pode ser concebido como um estado de perfeita igualdade e perfeita liberdade entre os homens, enquanto a sociedade política entendida como a preservação da lei natural e, em particular, a preservação da propriedade fundamentada pela existência de um contrato que, por sua vez, põe fim no estado de natureza proclamando a entrada dos homens, por um acordo mútuo, na sociedade política. Como afirma Locke (1983, p. 39):

> não é qualquer pacto que faz cessar o estado de natureza entre os homens, mas apenas o de concordar, mutuamente e em conjunto, em formar uma comunidade, fundando um corpo político.

Diferentemente da concepção de Filmer[3], a sociedade política para Locke parte primeiro da concordância existente entre cada um dos indivíduos onde se dá o consentimento, ao passo que os absolutistas, ao negarem esse acordo, demonstram sua oposição à sociedade civil livre do poder absoluto. Neste caso, os homens, por consenso mútuo através do consentimento, resolvem abandonar sua liberdade natural e concordam com a sociedade civil, que também pode ser chamada de comunidade, ou seja, um corpo político único sendo governado pela maioria (TADIÉ, 2005, p. 54). A respeito disso, Locke (1983, p. 71) esclarece:

---

[3] Escritor, crítico e Inglês político, conhecido por seu trabalho Patriarca, publicado postumamente em 1680. Ele estudou no Trinity College, em Cambridge, onde ele se matriculou em 1604. Ele era senhor de Charles I, quando começou seu reinado, sendo um ardente defensor da causa do Rei. Ele foi preso em Leeds Castle em 1643. Ele e seu pai morreram na mesma cidade, enterrado na igreja, cercado por seus descendentes até a décima geração. Muito de seu trabalho Patriarca, foi dirigida contra o cardeal Roberto Bellarmino e Francisco Suarez. Estes tinham lançado ataques no Juramento de Fidelidade, que exigiu um juramento de lealdade dos católicos ingleses, na esteira da Conspiração da Pólvora. Muitos dos argumentos de Filmer sobre o poder dos pais havia sido antecipado por outros oponentes dos monarchomachs, como Adriano Saravia. Outras obras de sua ARE, De Blasphemie contra o Espírito Santo (1647), O detentores grátis Gran inquérito (1648), Anarchy limitada ou monarquia mista (1648) e a necessidade de o poder absoluto de tudo reis (1648).

> A maneira única em virtude da qual uma pessoa qualquer renuncia à liberdade natural e se reveste dos lações da sociedade civil consiste em concordar com outras pessoas em juntar-se e unir-se em comunidade para viverem com segurança, conforto e paz umas com as outras, gozando garantidamente das propriedades que tiverem e desfrutando de maior proteção contra quem quer que não faça parte dela.

Podemos afirmar, então, que o contrato social supõe um consentimento dos indivíduos. Segundo Locke, (1983, p. 80) tal consentimento pode assumir dois tipos, expresso ou tácito:

> Ninguém põe dúvida que o consentimento expresso de qualquer homem, quando entra para uma sociedade, torna-o membro perfeito dessa sociedade, súdito do respectivo governo. A dificuldade reside no que deve considerar-se como consentimento tácito, e até que ponto obriga- isto é, até que ponto deve considerar-se alguém como tendo consentido e por isso mesmo se submetido a qualquer governo, quando não faz qualquer declaração expressa. E a esse respeito direi que todo homem que tem posses goza, como qualquer parte do domínio de um governo dá, por esse meio, consentimento tácito e está daí em diante obrigado a obediência às leis desse governo, enquanto assim goza, com qualquer outro que sob ele esteja.

O consentimento expresso explica a origem da sociedade política e do contrato, bem como dos direitos e deveres dos indivíduos ligados pela nova instituição política. O consentimento tácito justifica que o indivíduo faça parte de um conjunto sem que ele tenha se juntado a ele desde seus primórdios, devendo, por isso, obediência às leis desta particular sociedade política. Pelo consentimento expresso, os indivíduos podem se tornar membros de uma sociedade política; diferente do consentimento tácito, que gera a obrigação de respeitar as regras e leis da sociedade em particular no que diz respeito à propriedade.

Neste sentido, a teoria do consentimento explica o estabelecimento pacífico dos governantes. Locke, porém, também evidencia o caso em que os governos são fundados pela violência, sendo o estado de guerra um exemplo dessa fundação governamental por meio de conflitos. Estes conflitos existentes no estado de guerra foi uma das razões principais para fundação da sociedade política, que Locke, em sua obra *Segundo Tratado sobre o Governo*, liga precisamente à necessidade que os homens têm de se prevenir contra o estado de desunião, ou melhor, estado de guerra; lembrando que em um governo civil de uma determinada sociedade, o juiz imparcial, escolhido por consentimento, pode de maneira justa decidir os eventuais conflitos existentes entre os homens. (TADIÉ, 2005, p. 57).

Locke destaca então três principais razões que fundamentam a saída do estado natural para a sociedade política. Nodari (2014, p. 88) as explica:

> Primeira, no estado de natureza, ressente-se a falta de uma lei estabelecida, fixa e conhecida, aceita por consentimento geral como padrão do que é certo e do que é errado, bem como medida comum para decidir todas as controvérsias entre os homens. Segunda, no estado de natureza, não há um juiz conhecido como imparcial com autoridade para redimir todas as disputas de acordo com a lei estabelecida. Por fim, no estado de natureza, não há poder para sustentar as sentenças justa e garantir a sua execução.

Ante tais carências, os indivíduos são rapidamente incentivados à sociedade, pois o estado natural, apesar de oferecer alguns ganhos, é também considerado uma condição maléfica para os homens, por colocar os indivíduos singulares em estado de desunião uns contra os outros. Portanto, é a necessidade de superação das inconveniências existentes neste estado natural que, segundo Locke, leva os homens a se unirem e estabelecerem livremente entre si o contrato social que representa, em grande parte, a passagem do estado natural para a sociedade civil. E é justamente este ato de abandono do estado natural, no qual todos os homens são dotados de uma liberdade incondicional, sendo todos iguais e independentes, que ocasiona o surgimento da sociedade civil, na qual os indivíduos passam a ser protegidos pela constituição jurídica, a única maneira pela qual os homens abrem mão de sua liberdade natural, aceitando as regras impostas pela sociedade civil a fim de garantirem uma vida confortável, segura e pacífica. Nodari (2014, p. 89) afirma:

> O ato do consentimento, que se manifesta no contrato social, é uma manifestação daquilo que os homens devem fazer para escapar a uma situação indesejável, constituindo-se, segundo Locke, como base única e exclusiva da obediência política. Assim, o homem está pronto a unir-se a outros homens para a defesa da propriedade. Através de um pacto, os homens entram em acordo de se unir em comunidade, sendo o consenso o constitutivo do pacto social.

O contrato social de Locke, portanto, em nada pode assemelhar-se ao contrato social de Hobbes. Pois em Hobbes os homens decidem entre si na constituição de um pacto submisso, o qual tem como principal intento preservar as suas vidas transmitindo a um terceiro a força de coesão de toda a sociedade. Assim, não é de impressionar que seja necessário a este discurso hobbesiano alguma coisa além do pacto social para que se torne contínuo e duradouro seu acordo, ou seja, um poder que seja comum para

dirigir suas ações no sentido de que os mantenha em respeito ao bem comunitário (WEFFORT, 2008, p. 86). Segundo Hobbes (1998, p. 105), os homens trocam espontaneamente sua liberdade pela segurança do estado, ao modo como se afirma adiante:

> Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as ações. Feito isto, à multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado, em latim Civitas. É esta a geração daquele grande leviatã, ou antes (para falar em termos mais reverentes) daquele Deus Mortal, ao qual devemos abaixo do Deus Imortal, nossa paz e defesa. Pois graças a esta autoridade que lhe é dada por cada indivíduo no Estado, é-lhe conferido o uso de tamanho poder e força que o terror assim inspirado o torna capaz de conformar as vontades de todos eles, no sentido da paz em seu próprio país, e da ajuda mútua contra os inimigos estrangeiros.

Locke, portanto, ao contrário de Hobbes, afirma que o contrato social é um pacto de consentimento através do qual, movidos pela concordância dos homens, livres e dispostos a formarem uma sociedade civil, busca-se preservar e consolidar ainda mais os direitos que já possuíam originalmente no estado de natureza; no estado civil os direitos naturais inalienáveis à vida, à liberdade e os bens estão melhores protegidos sob o amparo da lei positiva, assegurada pela força comum de um corpo político (NODARI, 2014, p. 89).

É importante lembrar que o consentimento dá legitimidade à sociedade civil. A partir dele validam-se todas as formas de governo, pois só ele pode instituir um corpo político. Por exemplo: quando qualquer número de homens consente entre si na instituição de uma comunidade ou governo forma-se aí um corpo político, no qual a maioria tem o poder de agir e resolver por todos. Locke, no entanto, insiste em afirmar que nenhum governo deve ser absoluto, tem que surgir do consentimento. Depreende-se, pois, deste pensamento que o governo absoluto não pode ser legítimo, nem considerado um governo civil, pois nele é inconcebível a realização de um consentimento com a participação de todos os homens no sentido de favorecer a convivência prática entre todos os homens.

Entretanto, pode-se concluir neste tópico que a passagem do estado de natureza para a sociedade política ou civil se dá consequentemente quando, através do contrato social, os indivíduos dão cada qual seu consentimento, de modo unânime, na escolha de um governante para entrada no estado civil.

3.3 Os fundamentos da sociedade política ou civil

Para bem compreendermos o conceito estabelecido por Locke para a sociedade política ou sociedade civil nada melhor que compararmos seu conceito de sociedade política ao estabelecido por Hobbes. Locke, para estabelecer uma compreensão do que seria o estado civil, afasta-se das concepções de Hobbes, passando a ter uma visão mais ampla e diferenciada do que seria o estado civil. Enquanto Hobbes concebia a formação da sociedade civil partindo do estado de natureza, como um estado de guerra, para a sociedade civil como uma sociedade de paz, Locke, em contrapartida, concebe o estado civil partindo de uma lógica tripla, ou seja: do estado de natureza caracterizado como estado de paz despretensioso, passando pelo estado de guerra caracterizado pela desunião e iminentes conflitos, que por sua vez se diferencia do estado de natureza, para o estado civil, considerado um estado de paz pela presença do poder político que surge pela necessidade de salvaguardar os direitos naturais ameaçados no estado antecedente (NODARI, 2014, p. 92).

Como podemos analisar na opinião de Locke, o estado de natureza não é um estado de guerra, como afirma Hobbes. Em Locke, os homens em seu estado natural têm a liberdade de usar seus bens como acharem adequado dentro dos limites marcados pela lei natural. Todavia, no estado natural havia um inconveniente: todos poderiam aplicar a lei natural da forma que bem entendessem. Mas nem todos, porém, respeitavam a ordem de ponderação e justiça, sendo que os homens no estado natural, para Locke, possuíam dois poderes essenciais: o de se salvaguardar e o de punir os crimes que foram realizados dentro da lei natural (LOCKE, 1983, p. 36).

Nesse aspecto a sociedade política, por conseguinte, tem o objetivo principal de unificar os poderes individuais estabelecendo leis fixas. Pois justamente conforme Locke, o estado civil nasce do grande desejo dos homens de alcançar a preservação dos direitos naturais – propriedade, vida, liberdade. Desta forma, ao entrar no estado civil, em hipótese alguma há no homem uma renúncia de seus direitos, mas o desejo imenso de preservá-los e, ao entrar na sociedade política, sendo de alguma maneira instituída a autoridade de um juiz como autoridade superior, seus direitos são garantidos (NODARI, 2014, p. 94). Como esclarece Locke (1983, p. 67):

> Como qualquer sociedade política não pode existir nem subsistir sem ter em si o poder de preservar a propriedade e, para isso, castigar as ofensas de todos os membros dessa sociedade, haverá sociedade política somente quando cada

> um dos membros renunciar ao próprio poder natural, passando-o às mãos da comunidade em todos os casos que não lhe impeçam de recorrer à proteção da lei por ela estabelecida.

Assim, se todos os homens, no estado natural, de certa maneira são livres, sendo senhores absolutos de sua própria pessoa para dispor de tudo o que é seu sem interferência de ninguém, por que renunciaria a sua liberdade e posses entregando-as a um governo se sujeitando a dominação e ao controle de qualquer outro poder que não fosse o seu? A resposta é visível: ainda que no estado de natureza eles tivessem tais direitos, o aproveitamento de sua liberdade e de suas posses seria incerto na iminência de ocorrerem constantes invasões por parte dos outros em suas propriedades, e como já havíamos comentado anteriormente, no estado natural todos os homens são juízes uns dos outros. Mas, infelizmente, a maior parte não procura respeitar estreitamente, nem a igualdade nem a justiça, o que torna a propriedade que cada um possui em um estado perigoso e inseguro, o que levou então ao grande desejo dos indivíduos que estavam no estado natural a abandonarem sua condição natural que, por sua vez, era dotada de liberdade incondicional, mas, repleta de medos e perigos, para unir-se em sociedade visando então salvaguardar seus direitos naturais (LOCKE, 1983, p.82).

Desta forma, mesmo com todos os privilégios que existiam no estado de natureza, ainda assim a humanidade desfrutava de uma condição ruim (insegura, ameaçada) enquanto permanecia nele, procurando então rapidamente constituir a sociedade civil. Pois as inconveniências existentes nesse estado natural expostas pelos exercícios irregulares dos poderes que cada um dos homens possuía de punição das transgressões uns dos outros, fez com que todos os homens, procurassem abrigo sob as leis estabelecidas por um governo escolhido entre eles tentando, assim, protegerem suas propriedades.

É isso que faz com que cada um dos homens renuncie tão facilmente a seus poderes de punição, deixando-os inteiramente sob a responsabilidade dos cargos titulares nomeados por eles, que deverão exercê-lo conforme as regras que a comunidade ou aquelas pessoas por ela autorizadas adotaram em comum acordo. Nisso se dá a base jurídica inicial e a gênese dos poderes que regem essa sociedade a exemplo do legislativo e executivo, bem como dos governos e das próprias sociedades (LOCKE, 1983, p.83).

Como podemos perceber, a principal finalidade da união política dos homens com a submissão a um governo é unicamente a conservação das propriedades de cada

um dos indivíduos. Assim, sendo os homens todos livres e providos de independência própria, ninguém pode ser expulso de sua propriedade e ser submetido a um poder qualquer sem que tenha seu consentimento (NODARI 2014, p.95). Pois segundo Locke (1983, p.71):

> A maneira única em virtude da qual uma pessoa qualquer pessoa renuncia à liberdade natural e se reveste dos laços da sociedade civil consiste em concordar com outras pessoas em juntar-se e unir-se em comunidade para viverem com segurança, conforto e paz umas com as outras gozando garantidamente das propriedades que tiverem e desfrutando de maior proteção contra quem quer que não faça parte dela.

Observa-se daí que o início da sociedade política está subordinado ao consentimento dos indivíduos que resolvem formar uma sociedade. E depois de constituída, ficam em condições de instalar a forma de governo que eles julgarem conveniente excluindo a hipótese absolutista. Assim, mediante o estabelecimento concreto da sociedade civil, o passo seguinte é a escolha pela comunidade de uma determinada forma de governo.

Diante do que foi exposto pode se conceber que a constituição do estado civil foi então uma solução imprescindível e necessária que o homem encontrou para solucionar os problemas existentes no estado de natureza. Neste aspecto, os indivíduos realizaram entre si um pacto social baseado no consentimento conferindo poderes a uma pessoa que possa ter subsídios legais e legítimos para usar da força coativa com a finalidade de preservar a integridade de seus direitos naturais e especialmente a propriedade sobre seus bens isto é a conservação da propriedade privada. E, se por caso isso não viesse a ser cumprido por parte do governante, o povo tem o direito de resistir a suas decisões como veremos no capítulo a seguir.

4 A ESTRUTURAÇÃO DO ESTADO CIVIL

Como fora apresentado no capítulo anterior, a sociedade civil, por sua vez, se opera através do contrato social, no qual os indivíduos de forma singular dão seu consentimento unânime em favor de sua constituição em busca de proteger seus direitos naturais. Pois, como bem sabemos, a compreensão estrutural da sociedade civil tem base no estado natural e no contrato social, uma vez que a organização do estado social se dá pela instituição dos poderes políticos, que privilegiam em tudo uma forma de soberania que seja exercida pelo povo, ou seja, um processo de origem da sociedade política da qual a escolha das formas de governo são feitas através do consentimento do povo. Neste sentido, o povo é quem decide a organização política e possui o poder supremo.

Sendo assim, já não mais seria a soberania absoluta que teria o poder de decisão em suas mãos, mas, sim, os representantes escolhidos pela maioria do povo, sendo simultaneamente respeitados também os direitos da minoria. Em suma, o livre consentimento dos indivíduos para o estabelecimento da sociedade; o livre consentimento da sociedade na instituição dos governos para a proteção dos direitos de propriedade; o controle do executivo pelo legislativo e o controle do governo pela sociedade são para Locke os principais fundamentos do estado civil (WEFFORT, 2008, p. 87).

Assim, pode-se compreender que os poderes políticos são originados dos poderes naturais que cada indivíduo contém e, por sua vez, são instituídos a partir do consentimento das pessoas, ou seja, mediante um contrato. Com isso, o contrato social surge com a finalidade de superar os limites do estado de natureza tornando-se, então, base para a constituição do estado civil. Locke (1983, p. 83) no capítulo IX da obra trabalhada, mostra os poderes naturais que, por sua vez, foram transferidos ao poder político, como vemos a seguir:

> O primeiro consiste em fazer o que julgar conveniente para a própria preservação e a de terceiros dentro do que permite a lei da natureza, pela qual, sendo a todos comum, ele e todos os demais homens formam uma única comunidade, constituem uma sociedade única, distinta de todas as outras criaturas. E, se não fosse à corrupção e o vício de homens degenerados, não haveria necessidade de nenhum outra, nem seria preciso que os homens se separassem dessa comunidade grande e natural e por meio de acordos positivos se combinassem em associações menores e divididas. O outro poder que o homem possui no estado de natureza é o de castigar os crimes cometidos contra a lei.

Percebe-se então que todos os poderes supracitados o homem renuncia quando passa a fazer parte de uma sociedade política privada, com a principal finalidade de se incorporar a uma comunidade civil que é separada do resto da humanidade, ou seja, dos outros homens (LOCKE, 1983, p. 83).

Com isso, pode-se compreender que o primeiro poder é aquele que faz julgar o que é conveniente para sua própria preservação e a preservação de todo o resto da humanidade. Esse poder é deixado como responsabilidade total da sociedade, para regulamentá-la através de leis, na medida em que seja necessária para sua preservação e a preservação de todo o restante existente nela. Estas leis da sociedade criadas pelo poder supremo em muitos pontos restringem a liberdade plena que cada humano detinha em suas mãos no estado de natureza.

O segundo poder, o de punição, Locke também o renuncia completamente e aplica sua força natural (que antes podia empregar como bem entendesse, por sua própria autoridade, para fazer respeitar a lei da natureza) como ajuda do poder executivo da sociedade, conforme a lei deste exigir. Pois ele agora está inserido em outro contexto social do qual pode desfrutar de muitas vantagens, graças ao trabalho e a companhia dos outros homens residentes na mesma comunidade, assim como a proteção da força coletiva; porém, ele também tem que renunciar a grande parte de sua liberdade natural que provê suas necessidades, na medida em que o bem, a propriedade e a segurança da sociedade o exigir, o que não somente se faz necessário, mas justo, visto que os outros membros da sociedade fazem o mesmo (LOCKE, 1983, p. 83).

Assim, os homens só abdicam de sua igualdade, liberdade e poder executivo que possuíam no estado natural depositando-o nas mãos da sociedade, com o objetivo de melhor proteger suas propriedades, não podendo presumir jamais que o poder da sociedade se estenda além do bem comum a ele destinado, pois é de suma obrigação desta, através de seus poderes instituídos, a garantia da propriedade de cada um remediando então as carências (carência de uma lei fixa, juiz conhecido e imparcial, um poder que apóie a sentença e mantenha quando ela for justa) que tornam o estado de natureza inseguro. Portanto, seja quem for que detenha em suas mãos o poder supremo da comunidade civil deve governar, por sua vez, através das leis que serão estabelecidas e promulgadas pelo povo e não por decretos que sejam, em sua maioria, improvisados.

Como já foi mostrado, quando os homens se unem em sociedade, a maioria passa a deter todo o poder comunitário, que pode ser usado na criação de leis para a preservação das sociedades como também para a construção de meios, de forma que o

cumprimento dessas leis, por parte dos funcionários por elas nomeados (juízes), sejam realizados. Por isso, o grande objetivo dos homens que entram em sociedade é gozar de suas propriedades de maneira segura e pacífica, de modo que não tenham riscos ou ameaças; assim, os principais meios que servem como garantia disso é a criação das leis que são estabelecidas nesta sociedade. A primeira lei positiva estabelecida foi o poder legislativo, como explicitaremos a seguir.

4.1 Poder legislativo

O poder legislativo é denominado poder supremo, e a ele é conferido uma superioridade aos demais poderes que se tornam subordinados a ele, como é o caso dos poderes executivo e federativo que são encarregados das relações consideradas exteriores como: guerras, paz, alianças e tratados (WEFFORT, 2008, p. 87). O poder legislativo não é o único poder existente na comunidade social, porém ele permanece sagrado e inalterável na mão de quem um dia a comunidade o colocou. Assim, nenhum outro poder tem, por sua vez, a autonomia e força para ditar uma lei na sociedade civil, a menos que tenha sido selecionada pelo legislativo que detém o poder supremo confiado ao público que o nomeou. Para bem esclarecer afirma Leopoldo (2010, p.123).

> A escolha do legislativo envolve a delegação de poder, baseada na relação de confiança (trust) de que o poder legislativo irá cumpri o seu papel; possibilitar a retomada da lei natural, propiciando ao ser humano o dever direito de se preservar e de preservar a humanidade. O objetivo então, em ultima instância, é a paz e a segurança que havia no estado de natureza. O poder legislativo tem seus limites restritos ao bem da sociedade. O legislativo em suma, nada mais é do que o poder conjunto de todos os membros da sociedade, que foi confiado a uma pessoa ou grupo de pessoas para exercer a função de legislador, função esta relevante num "governo de leis". Consequentemente, este poder não poderá ser maior "do que tais pessoas tinham no estado de natureza".

Como podemos observar, o poder legislativo é um poder supremo que detém o poder de toda a comunidade civil, quer seja ele confiado a uma ou a mais pessoas, quer seja ele permanente ou intermitente. A ele são confiados quatro encargos que vinculam a própria finalidade de instituição do poder político que também estão ligados à superação do estado natural que incentivam os homens a buscarem e instituírem uma sociedade politicamente organizada. Sousa (2011, p.99) nos apresenta estes encargos. Sendo eles a

> garantia fundamental de igualdade entre os indivíduos, pois as leis "não poderão variar nos casos particulares", devendo ser observada "a mesma regra para ricos e pobres, para o favorito na corte e o camponês no arado. O segundo encargo a ser observado pelo poder legislativo é a obrigação de realizar a justiça por intermédio de "juízes conhecidos e autorizados", o que envolve a proibição de editar leis e julgar casos com base em interesses particulares, pois as "leis não devem destinar-se a outro fim que não, em última análise, o bem do povo". O terceiro encargo imposto ao legislativo é a proibição de supressão de qualquer parte da propriedade dos homens sem o seu consentimento, "pois, sendo a preservação da propriedade o fim do governo e a razão por que os homens entram em sociedade, isso pressupõe e necessariamente exige que o povo tenha propriedade, sem o que será forçoso supor que todos percam, ao entrarem em sociedade, aquilo que constituía o objetivo pelo qual nela ingressaram". Por fim, o quarto encargo atribuído ao legislativo consiste na proibição de transferência do poder de elaborar leis para outras pessoas ou órgãos, "pois, não sendo ele senão um poder delegado pelo povo, aqueles que o detêm não podem transmiti-lo a outros".

Como vemos, o primeiro encargo está estabelecido com o objetivo principal de afastamento das debilidades existentes no estado de natureza, tendo consciência das dificuldades de reconhecimento da lei natural. Pois, embora a lei natural, por sua vez, exista de maneira clara e distinta, os interesses particulares causam disputas quanto ao conteúdo das normas que são impostas nas diversas ocasiões que cabe ao homem tomarem as causas sendo juízes por causa própria.

O segundo encargo visa o compromisso de que a justiça seja determinada por juízes conhecidos e autorizados, resultando na proibição de julgamentos que tenham base nos interesses próprios, pois as leis não podem ter outro fim senão a preservação e o bem do povo.

O terceiro encargo, por sua vez, afirma que o poder supremo não pode tirar nenhum homem de sua propriedade sem que tenha consigo o seu consentimento. No entanto, assim como a preservação da propriedade é de responsabilidade do governo e razão pela qual o homem entra em sociedade, isso pressupõe a exigência de que cada indivíduo tenha sua propriedade bem como os seus bens em virtude da lei da comunidade social, dos quais ninguém pode privá-los de qualquer parte dela sem seu próprio consentimento.

O quarto encargo consiste na transferência dos poderes que foram confiados ao legislativo pela maioria dos membros da comunidade a outras pessoas, que de alguma maneira, não tenham sido escolhidas pelo povo para que pudessem controlar o estado.

Desta forma, segundo Pereira (1999, p.11) o poder legislativo tem como principal responsabilidade a representação dos interesses dos homens inseridos na sociedade. Sendo assim, ele não poderá ter nunca o poder de destruição, escravização ou

até mesmo o empobrecimento de seus súditos, pois ele representa os direitos do povo conferidos a ele por consentimento.

Neste aspecto é explícito que, mesmo com o poder em suas mãos ainda é a comunidade que detém este poder supremo; por isso as leis que são estabelecidas por ele têm por obrigação garantir o bem da comunidade. Essas leis, no entanto, devem ser elaboradas de acordo com as necessidades detectadas na comunidade. Isso deixa bem claro que o verdadeiro liberalismo deve ser fundamentado sobre uma constituição que seja clara e ao mesmo tempo objetiva; por isso em Locke não é concebível uma constituição que não tenha princípios como: consentimento geral, necessidade coletiva, abertura às prerrogativas, leis positivas, prerrogativas voltadas para o bem público, salvação do povo e segurança social (PEREIRA 1999, p.12). Tudo isso responsabilidade do governo supremo intitulado legislativo. Como esclarece Locke (1983, p. 90) ao afirmar que: "O poder legislativo é o que tem o direito de estabelecer como se deverá utilizar a força da comunidade no sentido da preservação dela própria e dos seus membros".

4.2 Poder Executivo

Com o surgimento das leis elaboradas pelo poder supremo (legislativo), faltava à execução dessas leis, fazendo-se necessário, o estabelecimento de um poder permanente para pô-las em prática. Esse outro poder foi denominado poder executivo que, como o próprio nome já diz, cuida da parte de execução das leis, administrando o que for preciso para dar-lhe cumprimento correto. Ou seja, o poder executivo ficava encarregado das leis formuladas pelo legislativo, estando subordinado a prestar contas a ele. Com isso, enquanto o legislativo determinava como deviam ser empregadas as forças de um Estado para a conservação da sociedade civil e dentro dela todos os seus membros, o executivo assegurava, no interior da sociedade, a execução e o cumprimento correto das leis positivas estabelecidas pelo legislativo (NODARI, 1991, p. 148).

Dessa forma, pode-se observar que sendo os dois poderes (executivo e legislativo) completamente diferentes um do outro, jamais podem estar centrados em uma só pessoa, pois, o risco da fragilidade humana com a tentação de ascender ao poder faz com que não convenha que as mesmas pessoas detenham a capacidade de legislar e também de executar as leis em suas mãos. Diante disso explica Silva (2014, p.7).

> Põe o problema da separação entre o poder legislativo e executivo. Locke considera perigoso que o poder de executar as leis esteja nas mãos daqueles que criam. O executivo, por outro lado, necessita de existência permanente, enquanto o legislativo pode existir contínua ou intermitentemente. Estes são motivos que levam à separação dos dois poderes. O poder executivo tem a competência de executar as leis sobre os membros da sociedade.

Diante disso, caso ocorresse o contrário do que foi exposto, e os homens detivessem em suas mãos a força dos dois poderes (legislativo e executivo) haveria, então, a preocupação de que eles, poderiam se isentar da obediência das leis que eles mesmos elaboraram adequando-as à suas vontades, tanto no momento de elaborá-las quanto no momento de executá-las, causando assim interesses distintos do resto da comunidade sendo então contrárias à finalidade principal da sociedade política, que é preservar a propriedade privada dos cidadãos (a vida, a liberdade e os bens móveis e imóveis) bem como proteger a sociedade dos advindos internos e externos.

Assim, pode-se conceber que o poder executivo tem a responsabilidade de acima de tudo tornar as leis estabelecidas pelo poder legislativo executadas, visando o bem comum da sociedade política. É bom lembrarmos também que todas as atividades do executivo estão também ligadas a outro poder federativo, poder que é praticamente inseparável do executivo, e tem a competência para fazer a guerra e a paz, fazer alianças, e todas as transações com as pessoas e todas as comunidades que estão fora da comunidade civil (LOCKE, 1983, p. 91) como veremos no tópico a seguir.

4.3 Poder Federativo

Como já foi exposto, o poder federativo é aquele que tem a responsabilidade de cuidar das questões de ordem externa da comunidade, como, por exemplo, decidir sobre a paz e a guerra, mesmo sendo compreendido como parte do poder executivo. Apesar de considerá-lo um poder distinto dos outros dois, Locke afirma que dificilmente há possibilidades de ser separado do poder executivo e colocado ao mesmo tempo nas mãos de pessoas distintas assim como também não podem ser colocados os poderes legislativo e executivo.

E como ambos os poderes executivo e federativo requerem a força da sociedade para seu exercício, é quase inviável situar a força que cada um tem na comunidade civil em uma única pessoa sem que se tenha um elo hierárquico ou que até mesmo ambos sejam confiados a pessoas que possam agir separadamente; isso equivaleria a submeter

à força pública a comandos diferentes e resultaria um dia em uma desordem ou ruína (LOCKE, 1983, p. 92).

Com podemos observar os poderes legislativo, executivo e federativo embora sejam em sua maioria distintos entre si devem, por sua vez, trabalhar de acordo uns com os outros, respeitando prioritariamente a posição do legislativo que representa o poder supremo, essa supremacia do poder legislativo advém da primazia deste em relação aos outros poderes na organização da sociedade civil, e só ele tem a autoridade para a elaboração das normas que devam ser cumpridas pelos homens em sociedade.

E, ninguém investido de quaisquer outros poderes que não sejam assegurados por consentimento público, tem o supremo direito de criar leis que tenham a obrigatoriedade de serem cumpridas. Nisso pode-se inferir que, somente o legislativo firmado no consentimento com o reconhecimento público, pode outorgar leis com legitimidade para serem cumpridas. Tudo isso em virtude da preservação da sociedade privada que, segundo Locke, devia em sua maioria ser protegida pelo homem, de onde advém então a grande necessidade da passagem do estado natural para uma sociedade politicamente organizada intitulada sociedade política e se caso não houvesse o cumprimento de tais finalidades Locke institui o direito de resistência garantindo então que a justiça seja feita pelos homens.

4.4 O direito de resistência

Pode-se perceber que, determinar os motivos pelos quais as pessoas deixaram o estado natural para se unirem em sociedade era o cume do pensamento político filosófico de Locke exposto em sua obra *Segundo Tratado sobre o Governo*. Porém em seus argumentos, Locke também expressa um profundo desencanto do cenário político absolutista de sua época, cenário este, que excluía a voz do povo obrigando-os a respeitar em tudo as decisões dos governantes absolutistas (rei, rainha). Por isso, depois de fundamentar uma grande discussão que visava à constituição de uma sociedade livre das amarras absolutistas, Locke a respeito da usurpação das obrigações causadas pelos governos constituídos por escolha dos homens que viviam em sociedade, defende o direito de resistência.

Essa doutrina do direito de resistência se dar em defesa contra os abusos dos poderes confiados aos governantes que, ao violarem as leis estabelecidas em defesa da propriedade, deixam de exercer a finalidade principal da qual foram confiados,

tornando-se um governo ilegal que visa simplesmente seus próprios interesses e não os interesses do bem público, considerado bem comum. E nesse aspecto esta doutrina reconhece ao povo: quando estes não tiverem outro recurso ou aquém apelar em virtude de suas proteções, devem recorrer ao direito a força para deposição destes governantes rebeldes ou corruptos (WEFFORT, 2008, p. 87).

Por fim, pode-se concluir que a organização do estado civil se efetiva por meio de uma estrutura política que tem suporte em um contrato social, na constituição dos poderes e no direito de resistência que tem a responsabilidade de fazer justiça pelo povo em caso de transgressão por parte do Estado no que se refere à ameaça da propriedade de cada indivíduo.

5 CONCLUSÃO

Como vimos durante todo o percurso desta pesquisa, John Locke elaborou uma importante teoria na qual legitimou muitas mudanças no cenário político entre os séculos XVII e XVIII, isto é, criou uma teoria política que fortaleceu e levou em conta os interesses daquela nova classe social que surgia em sua época: a burguesia moderna. Diante disso, pode-se concluir que, para a constituição do estado civil Locke se utiliza de muitos conceitos que foram fundamentais nos acontecimentos expostos no presente trabalho.

E para a compreensão destes conceitos, no primeiro capítulo deste trabalho elucidamos que a instituição do estado civil parte primeiramente do estado natural um estado pré-político no qual os homens desfrutavam de uma liberdade plena sem que houvesse impedimento, dotado de perfeita liberdade sem licenciosidade, no qual os homens viviam direcionados pela razão que, por sua vez era a lei natural, a qual tinha a responsabilidade de reger a sociedade com a finalidade de preservar os direitos naturais existentes no estado natural como a propriedade que, numa acepção genérica, era simultaneamente designada por Locke a vida, liberdade e os bens, direitos naturais esses essenciais à vida do homem.

Com o intuito de preservar suas propriedades os homens no estado natural perceberam a necessidade de se instituir uma sociedade mais organizada e livre das inconveniências realizadas pelos indivíduos. E assim nasceu os fundamentos da sociedade política, fazendo-se alusão primeiramente ao estado de guerra, um estado de desunião no qual os homens possuíam em mãos o direito de julgarem por causa própria dando origem neste principio a uma grande desordem que, por sua vez, precisava ser resolvida pelos homens. E só então, através do pacto social fundamentado no consentimento dos homens que viviam no estado de guerra esse cenário pôde se reestabelecer novamente a um estado de paz e perfeita liberdade como outrora existia no estado de natureza. E assim, nasce a sociedade política com a finalidade de suprir as carências existentes no estado de natureza.

Constituída a sociedade política surge com ela a necessidade de uma organização governamental, por isso no terceiro capítulo, foi explicitado neste trabalho a estruturação do estado civil, sendo estruturada com uma forma de governo, que por sua vez exclui o absolutismo, sendo organizada pelos seguintes poderes: legislativo, considerado poder supremo; executivo, poder de executar as leis estabelecidas pelo

legislativo e o federativo, aquele que tem a responsabilidade de cuidar das questões de ordem externa da comunidade, como, por exemplo, decidir sobre a paz e a guerra. E, para prevenir as inconveniências que viessem ser causadas pelos poderes constituídos, Locke elabora o direito de resistência que tem a responsabilidade de proteger a sociedade contra os abusos dos poderes confiados aos governantes que, ao violarem as leis estabelecidas em defesa da propriedade, deixam de exercer a finalidade principal da qual foram confiados, tornando-se um governo ilegal que objetiva simplesmente seus próprios interesses e não os interesses do bem público, considerado bem comum.

Como podemos observar, este trabalho consiste em compreender a constituição do estado civil que, por sua vez, é considerado como um aperfeiçoamento do estado natural no qual se institui com o intuito principal de fazer valer as normas e as forças que eram necessárias para a proteção da propriedade privada dos homens. Pois, como foi exposto, a motivação que levou ao abandono do estado de natureza e a constituição do estado civil era a insegurança que se tinha ante o não uso da reta razão, ou seja, da lei natural por parte de algumas pessoas, chegando à transgressão dos direitos naturais.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. Direito e estado no pensamento de Emanuel Kant. Tradução de Alfredo Fiat. 2. ed. São Paulo: Mandarim, 2000.

_____- **Locke e o Direito Natural**. Tradução de Sérgio Bath. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

DUNN, John. **Locke**. Tradução por Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2003. (Mestres do Pensar).

HOBBES, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os pensadores). Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva.

KRITSCH, Raquel. **Liberdade, propriedade, Estado e governo: elementos da teoria política de John Locke no Segundo Tratado sobre o Govern**. Revista Espaço acadêmico-N 115- Dezembro de 2010. Disponível em: < https://www.e-science.unicamp.br/gpd/admin/publicacoes/documentos/publicacao_5399_Liberdade,%20propriedade.pdf > Acesso em 2 Mar.2016

LEOPOLDO, Giovana Brolezi. ***Lei e submissão: Fundamentos da obediência civil em Locke***, 2010. 292f. Dissertação (Mestrado em Filosofia)- USP/FFLCH, Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2010. Disponível em: < https://www.google.com.br/search?q=lei+e+submissão+obediencia+civil+emlokc > Acesso em 2 Mar. 2016.

LOCKE, John. O segundo tratado sobre o governo. In.___ **Carta acerca da tolerância; O segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano.** Tradução por Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores). p. 31-131.

MULLER, Luiza de Sousa. **John Locke: ensaios sobre a lei de natureza: tradução e comentários.** 2005. 184f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2005. Disponível em: < http://www.usjt.br/biblioteca/mono_disser/mono_diss/038.pdf >. Acesso em: 5 Abr. de 2016.

NODARI, Paulo César. **A emergência do individualismo moderno no pensamento de John Locke**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1991. (Coleção de Filosofia, v. 95).

_____- **Ética, direito e política: a paz em hobbes, Locke, rosseau e kant**. São Paulo: Paulus, 2014 (coleção Ethos).

OLIVEIRA, Rodrigo Barroso de; FREITAS Thiago Augusto de. A propriedade vista por john lock e suas atuais limitações . **Revista de Direito Mercantil – nº 63. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.** Disponível em: < http://npa.newtonpaiva.br/direito/?p=1132. > Acesso em 02 set. 2016.

PEREIRA, A. R. **O direito à propriedade através do trabalho como um ato moral no Segundo Tratado do Governo Civil de Locke**. Campinas: PUC-Campinas, 2000. (Dissertação de mestrado em Ética e Filosofia Política).

PEREIRA, Jardel Costa. **O conceito de liberdade no pensamento político de Jonh Locke.** Revista Eletrônica Print by. São João del-Rei, n.1, p. 7-15, jul. 1999

SILVA, Paulo Cesar. O contratualismo de Locke, o indivíduo, a ética e o direito. 06 de junho de 2014. Disponível em: < http://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2014/06/O-contratualismo-de-Locke.pdf > Acesso em: 6 de Jul 2016.

SOUSA, Luis Henrique da Cruz. **Os limites do poder político em John Locke**. 2014. 51f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Filosofia) - Universidade de Basilia.

SOUSA, Rodrigo Ribeiro. A liberdade no "Segundo tratado sobre o governo" de John Locke. 2011 134f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – DFFFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: < http://filosofia.fflch.usp.br/sites/filosofia.fflch.usp.br /files/posgraduacao/defesas/2011_mes/2011_mes_rodrigo_sousa.pdf. > Acesso em: 06 Mar. 2016.

STRAUSS, Leo, CROPSEY, Joseph. **História da Filosofia Política**. Tradução por Heloisa Gonçalves Barbosa. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

TADIÉ, A. **Locke**. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

VARNAGY, Tomás. **O pensamento político de John Locke e o surgimento do liberalismo.** In: Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx Boron, Atilio A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciencias Politicas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo. 2006. Disponível em < http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolmpt/04_varnagy.pdf > Acesso em 02 Mar. 2016

VILELA, Francy José Ferreira. **O liberalismo político de John Locke.** Revista Pandora Brasil Nº 60 - Janeiro de 2014. Disponível em: < http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/politica_60/francy.pdf >. Acesso em 13 abr. 2016.

WEFFORT, Francisco C. Os clássicos da política. Colaboradores Maria Teresa Sadeck. São Paulo: Ática, 2008.